

OS DISCURSOS SOBRE O EXAME NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR – ENADE NAS PROPAGANDAS TELEVISIVAS

Discourses about the National Examination of Higher Education in televisive advertisements

VERONICA SILVA DE ALBUQUERQUE¹
FLÁVIO ROBERTO GOMES BENITES²

Resumo: Na presente pesquisa, nos propomos, filiados à Análise do Discurso de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux na França e por Eni Orlandi no Brasil, compreender a relação entre o sujeito e a língua e sua submissão à história como condição para significar a própria língua, pois, para que ele produza o seu dizer, determinado pela linguagem. Enfatizamos, assim, o real da língua (incompletude) e real da história (contradição) para perceber os efeitos das políticas avaliativas, que estão mostradas nas propagandas sobre o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). Estas ordens de real da língua compreendem: o da não linearidade e literalidade do sentido, pela não-transparência da linguagem; o descentramento do sujeito, pelo assujeitamento histórico-ideológico; e a memória discursiva, que conforma todo o dizer, conforme preconizam Gadet e Pêcheux (2004). Neste nosso caso, entrelaçaremos a História das Ideias Linguísticas para consecução deste trabalho, considerando a história das políticas de língua escrita legitimadas pela Escola e pelo Estado. Questionamos como os sentidos são construídos nas noções de língua, cidadão, leitura. Tomamos propagandas de marketing sobre o ENADE, para o “corpus” de análise, trabalhando com noções leitura que são concebidas pelos documentos de jurisdição da língua e percebendo como tais conceitos podem ser ressignificados pela AD.

Palavras-chave: ENADE; propagandas; políticas de língua discurso.

Abstract: In this research, we propose, affiliated to the French Discourse Analysis, developed by Michel Pêcheux in France and by Eni Orlandi in Brazil, to understand the relationship between the subject and the language and its submission to history as a condition to signify the language itself, therefore, so that it produces its saying, determined by language. Thus, we emphasize the real of the language (incompleteness) and the real of the story (contradiction) to understand the effects of evaluative policies, which are shown in advertisements about the National Student Performance Exam (ENADE). These orders of language real comprise: the non-linearity and literalness of the sense, due to the non-transparency of the language; the decentralization of the subject, due to historical-ideological subjection; and the discursive memory, which conforms all the saying, as advocated by Gadet and Pêcheux (2004). In this case, we will intertwine the History of Linguistic Ideas to achieve this work, considering the history of written

¹ Doutoranda em Linguística do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: veronicaalbu@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5036-4206>.

² Doutor em Linguística, Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: frgbenites@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0116-0212>.

language policies legitimized by the School and the State. We question how the senses are constructed in the notions of language, citizen, reading, writing. We take marketing advertisements about ENADE, for the “corpus” of analysis, working with notions of reading, writing that are conceived by the documents of jurisdiction of the language and realizing how such concepts can be re-signified by AD.

Keywords: ENADE; advertisements; speech language policies.

Introdução

No presente estudo tomamos como suporte teórico o enlace epistemológico da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise de Discurso (AD), objetivando mostrar como se dá o funcionamento de políticas avaliativas da Educação Superior com vistas ao *marketing* da mídia televisiva ao público acadêmico. O Ministério da Educação se utiliza de propagandas que fazem parte de um conjunto de ações dos governos, parte de uma implantação de uma política de estado que não se utiliza de propagandas por acaso.

O ENADE objetiva, conforme edital n.º 40 de 19 de junho de 2018, “a avaliação trienal dos cursos das instituições particulares e públicas, promovendo a (re)formulação das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de ensino Superior”. O termo ensino superior foi mudado para educação superior, o que produz um efeito de ênfase na educação e não apenas no processo ensino-aprendizagem, conforme é postulado pelos documentos oficiais provenientes do Ministério da Educação. Sendo assim, conforme as condições político sociais, as portarias que institucionalizam as avaliações do ensino vão se atualizando em relação a objetivos e aplicabilidade dos cursos que serão avaliados.

Ao discutir as avaliações do ensino superior, tanto externa quanto interna, nos reportamos a um imaginário de Universidade e, também, de sujeitos que a constituem. Tais debates e/ou discussões sobre políticas avaliativas e, também, políticas públicas da educação superior legitimam a universidade enquanto o espaço e o lugar autorizado à preparação e formação do sujeito acadêmico, no tocante a sua futura posição enquanto profissional, constituído para o sucesso do mercado de trabalho. Portanto, há um pré-construído que retoma o processo de ensino aprendizagem tanto da Universidade quanto de quaisquer instituições escolares como responsáveis pelo sucesso ou insucesso da qualidade do ensino do país, bem como dos resultados dos índices e ranqueamentos comparativos. Tais índices e ranqueamentos são feitos primeiramente entre escolas, entre universidades, entre estados e a nível mundial.

Considerando o exposto, no sentido de alcançarmos o objetivo deste artigo, faremos uma análise discursiva sobre o que estabelecem as portarias de regulação do ENADE em relação ao que circula pela mídia em suas propagandas sobre o referido instrumento avaliativo.

1 O processo avaliativo no Brasil: um breve percurso histórico

Ao se fazer um percurso histórico sobre o processo avaliativo no Brasil, é necessário ponderar sobre a constituição do ensino superior e como se estabeleceu a avaliação nessa etapa do ensino público no país. Sendo, portanto, importante considerar as condições de produção em nível imediato e amplo, refletindo, assim, como essa história produziu/produz efeitos no contexto sócio-histórico e político do processo avaliativo no Brasil. Segundo Nunes (2005, p. 2),

[...] o deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. [...] trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas.

Trabalhar com pressupostos teóricos da HIL nos permite inscrever a pesquisa em um estudo, que toma os instrumentos linguísticos³ como arquivo, que eram o foco inicial de estudo dos pesquisadores sobre/da língua. Esses estudos, além de serem metalinguísticos, favoreceram o estudo das políticas de língua vigentes no Brasil abarcando discussões como: a normatização da LP, a história da Constituição da Língua Nacional no/do Brasil, podemos citar o trabalho “*Falamos a Língua Brasileira ou a Portuguesa?*”⁴, essas e outras discussões que são corroboradas pela teoria da AD e da Semântica.

Nesta direção, a HIL nos dá base e possibilita fazer um percurso, sobretudo a partir da leitura de arquivos, historicizando o acesso ao Ensino Superior e às primeiras iniciativas avaliativas do Brasil-colônia às atuais. De acordo com Orlandi (2013, p. 82),

[...] pensar a história das ideias é tomar em conta, e de maneira particular, a ideologia, a historicidade, a memória, o que é impossível sem pensar o sujeito e o modo como ele se constitui, se subjetiva, se identifica ante o simbólico. E, em nosso caso, em face da língua nacional e da maneira como ela faz parte das instituições que administram suas práticas, regida pelo Estado em sua representação de unidade (p. 82).

³ Conforme Auroux (1992) a gramática e o dicionário são tomados como instrumentos linguísticos, como tecnologias que descrevem e instrumentalizam a língua.

⁴ Trabalho intitulado: sobre autoria da pesquisadora Dra. Eni P. Orlandi.

Desta maneira, analisar discursivamente, neste momento, é relacionar a língua a suas condições de produção, e, de maneira particular, considerar as políticas avaliativas enquanto um arquivo que produz/ produzirá sentidos conforme a história se significa em relação à língua. E também, considerar que os dispositivos teóricos e metodológicos da AD, vão sendo necessários à construção de um possível gesto de leitura e de interpretação do analista.

No Brasil colônia, o Ensino Superior foi elitizado, o que significa o acesso à minoria, filhos dos latifundiários ou de comerciantes, sendo necessário um processo migratório para Portugal (cidade de Coimbra) de modo a ingressarem numa formação acadêmica. Para os filhos dos colonos, era ofertada uma bolsa de estudos, o que propiciava incentivo e ajuda nas despesas básicas para a conclusão do curso.

A formação ideológica inscrita naquele momento histórico produz um funcionamento de “reformas” nas crises apresentadas no sistema educacional brasileiro sejam elas de ordem social econômica ou política, favorecendo o mercado enquanto vetor fundamental do desenvolvimento do país.

A partir desse olhar sobre a universidade, vamos a constituição das políticas avaliativas SINAES e ENADE, a fim de compreendermos os efeitos de sentidos de tais proposições na/para a educação superior.

1.1 A Constituição do SINAES e do ENADE

Após a contextualização do cenário político e social que precedeu a criação dos sistemas nacionais avaliativos, faremos um outro percurso neste momento: o de tomarmos o nosso *corpus* pela teoria discursiva nos atendo à descrição do material que o compõe e, posteriormente, faremos a análise da propaganda veiculada pela mídia sobre o ENADE.

Em todo este processo de análise, há de se pensar a constante tensão entre a *estrutura e acontecimento*, e entre a descrição e a interpretação (PÊCHEUX, 1997), pois a AD nos possibilita não estacionar na descrição “[...] mesmo porque a descrição tem que ser interpretada [...]” (ORLANDI, 2012, p. 27-28), enfatizando que é deste batimento que o analista irá compreender a significação do texto. Em outras palavras, nos valem da descrição do “corpus” que nos possibilitará analisar, interpretar a política de língua, em relação ao objeto proposto, não na neutralidade, mas enquanto sujeito que se posiciona e questiona o estatuto da linguagem transparente, pois a língua é heterogênea e é inscrita na história como condição para significar.

Dando sequência às reflexões iniciais, lembramos que a avaliação do nível superior foi instituída, enquanto um sistema, em meados dos anos de 1995 e com a elaboração da LDB n. 9.394/96. O sistema nacional de avaliação foi se consolidando posteriormente. Anos após anos, houve modificações e (re)formulações nas leis e portarias que, trienalmente, são oficializadas em diário oficial. Tais reformulações (as quais podemos relacionar, do nosso ponto de vista teórico, ao intradiscurso) não são feitas apenas com o intuito de organização, mas retomam dizeres e sentidos pré-construídos, sedimentados nos documentos oficializados anteriormente. Mudam-se as formas de dizer, mas permanece o objetivo de prezar pela “qualidade” da educação superior no país. O SINAES, pela Lei nº 10.861, aprovada em 2004, faz o seguinte direcionamento no que tange o objetivo principal:

§ 1º o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Grifos nossos)

As políticas públicas de avaliação recorrem ao termo “qualidade” ao mesmo tempo em que produzem um funcionamento de heterogeneidade da língua e dos sujeitos que compõem a universidade e são submetidos a essa avaliação institucional. Esse modo de qualificar, contradiz a prática do sistema que homogeniza todos em um único saber e em um único percentual de média, para então alavancar o curso ou somando na comparação das faculdades e universidades. Segundo Bernhardt (2015, p. 45), a expressão “qualidade da educação é [...] polissêmica e [...] conceito construído e reconstruído continuamente, o que torna complexo e difícil estabelecer o seu significado como algo que pode ser determinado”. O respeito às diferenças funciona apenas no contexto racial, com políticas afirmativas de cotas, dentre outros programas do governo federal. A criação deste sistema avaliativo também tem, conforme tal portaria de criação, [...] o “objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004a, artigo 1º, s.p.).

O SINAES, também, inclui uma autoavaliação das instituições, uma avaliação externa do corpo docente e da infraestrutura, além de uma avaliação específica de cada curso de graduação, realizada por avaliadores selecionados pelo MEC. Entretanto, ainda que o SINAES se constitua como um macroprocesso de avaliação, a maioria das instituições de ensino superior e os meios de comunicação dão mais destaque ao conceito ENADE e ao indicador de diferença de desempenho (IDD), ambos baseados no desempenho dos alunos.

Portanto, há uma formação discursiva dominante atravessada ideologicamente por outras formações discursivas que produzem o efeito da busca pela “qualidade” enquanto fator necessário ao desenvolvimento socioeconômico e político. A formação discursiva segundo Pêcheux (2014, p. 147), que a formação discursiva (FD) é uma região de saberes que determina o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura social. Em outras palavras, um país que tem um alto índice de “qualidade na educação” logo se colocará em posição de país avançado e com qualidade de vida para sua população.

O ENADE é parte do sistema nacional de avaliação da educação superior tendo sido proposto em 2003 e, formalmente, instituído pela Lei nº 10.861, aprovada em 2004, como dito anteriormente. Sendo um instrumento de avaliação postergado após as inúmeras críticas que os outros modelos avaliativos sofreram ao longo dos anos. Muitas vezes, o ENADE é tomado como o próprio SINAES, quando, no entanto, é sua parte constitutiva, havendo, assim, um processo de linguagem metonímico em que é tomada a parte pelo todo. Por isso, o ENADE é assim interpretado tanto pelo estudante enquanto sujeito acadêmico, quanto pelas próprias instituições da educação superior. O exame avalia tanto cursos de bacharelado quanto licenciaturas, em instituições públicas e particulares. Sendo um componente curricular obrigatório, preenchimento do questionário socioeconômico obrigatório, e vetada a identificação nominal do candidato. Isto será analisado posteriormente em outro subtítulo deste artigo.

O *site* do Inep estabelece que “o ENADE avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação”. E, ainda, o novo edital (nº 40 de 19 de junho) que dispõe sobre o ENADE do ano de 2018 direciona que o desenvolvimento dessas habilidades deve promover: “o ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão ligados à realidade brasileira e mundial e outras áreas do conhecimento”.

Os resultados do ENADE, aliados às respostas do questionário do estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior, que são: conceito ENADE, conceito preliminar de curso (CPC) e índice geral de cursos avaliados da instituição (IGC), normatizados pela Portaria nº 40, de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas da educação superior quanto como fonte de consultas para a sociedade.

Para tanto, o órgão que realiza o ENADE é o instituto nacional de ensino e pesquisa (Inep), o qual funciona enquanto porta-voz do ministério da educação e, diríamos de maneira mais ampla, que difunde o que é esperado pelo Estado enquanto instituição. Especificando o papel do Inep em todo

este contexto de avaliação destacamos: uma consonância ao concretizar os objetivos do SINAES; a produção dos indicadores de qualidade versus o quantitativo desse processo (médias dos cursos, das instituições etc.); a divulgação dos resultados e, por último, a realização de estudos conforme os indicadores.

Ao nos reportarmos à estrutura deste exame, nos deparamos com um percentual de 25% de conhecimentos gerais e 75% de conhecimentos específicos. Há de se pensar, então, em uma prova objetiva e discursiva, que direciona os sentidos das questões e suas repostas de múltipla escolha, objetivando administrá-los em uma única resposta padrão. Sendo assim, o sujeito aluno que “fugir” aos critérios ou padrões de respostas incorre em erro, uma “fissura na linguagem”⁵ que será considerada uma resposta “errada” à questão da Prova do ENADE. Dessa forma, são desconsideradas a posição sujeito que o acadêmico ocupa, a formação discursiva na qual se inscreve e, também, as condições de produção em seu contexto imediato e amplo. Em outras palavras, não é considerado o que é exterior à língua, no caso à questão, noção que pela Análise de Discurso se refere à exterioridade. Como por exemplo: se uma questão discursiva⁶ solicitar que se fale sobre as políticas públicas de cotas, o “olhar”, a interpretação do sujeito acadêmico cotista será diferente do posicionamento do sujeito acadêmico não-cotista. Até mesmo de acordo com a teoria estruturalista: “o ponto de vista que cria o objeto”, conforme Saussure (1975). Esta afirmação, sendo deslocada e vista sob a ótica do discurso, reafirmaria que as interpretações vão além do sistema, são gestos de interpretações e de leitura conforme os fatores e conceitos já mencionados.

No século passado, o sujeito aluno, ao ser avaliado e não conseguisse alcançar o resultado esperado — categoria melhores ou piores —, seria penalizado através da força física como o uso da palmatória. No decorrer do século, há uma maneira diferente de lidar com a penalidade do sujeito. A avaliação, atual, imprime então uma nova relação com o sujeito, sendo este penalizado não apenas com a força física, mas há um funcionamento ideológico no nível do simbólico. Ou seja, há uma punição simbólica, a qual estabelece uma competitividade entre instituições, utilizando o sujeito acadêmico como mero ator de todo esse processo. Dessa maneira, a instituição que não alcança o conceito almejado pode ter o curso fechado, não ofertando mais vagas no referido curso e, assim, ser colocada numa posição abaixo, constituindo um imaginário de “universidades melhores e/ou piores” no resultado do ensino-aprendizagem. Esse imaginário é resultado das formações imaginárias e

⁵ Termo cunhado pela profa. Dra. Olímpia Maluf em parceria com a doutoranda Verônica Silva de Albuquerque. Na dissertação: “Prova Brasil: espaço de avaliação e de legitimação de um perfil para o aluno leitor/escritor”- do PPGL/UNEMAT.

⁶ É uma questão que o candidato deve responder com suas próprias palavras, isto é, com uma ou mais frases que, em seu conjunto, satisfaçam ao que foi solicitado na pergunta.

mecanismos de interpretação que, segundo Pêcheux (1975), regulam o que pode e deve ser dito mediante o efeito de sentido que se deseja que o outro tenha, isso fruto de um mecanismo de antecipação, onde funciona um jogo de imagens, dependendo, assim, da imagem que o sujeito tem de si e a imagem que tem o outro que é o Tu com quem se fala na constituição de seus dizeres. Portanto, esse exame avaliativo da educação superior, após sua aplicação, além do desempenho dos estudantes, possibilita um relatório da instituição, da área que foi avaliada (ciências humanas, exatas etc.), fornecendo, assim, subsídios para as percepções e cálculos futuros.

No próximo tópico, trazemos a análise do *corpus*, podendo fazer esse gesto de interpretação a partir do que já foi descrito e dos efeitos de sentidos que a propaganda sobre o ENADE constrói para o público-alvo.

2 Um olhar discursivo das propagandas sobre o ENADE

Analisar discursivamente as propagandas midiáticas requer que viajemos pelos sentidos e para além das evidências, pois, a linguagem, para o analista, se materializa pelo discurso que são “efeitos de sentido”, conforme Orlandi (1999).

Sendo assim, a circularidade de tais propagandas sobre o ENADE permite que o assunto “viralize” para além dos canais televisivos, por meio das redes sociais e, também, adentrando a universidade haja vista uma abrangência de público alvo a ser atingida.

Por isso, diversos são os meios utilizados para se propagar as políticas públicas tais como: o contexto virtual das redes virtuais, a mídia televisiva dentre outros meios de comunicação. A propaganda se inscreve numa formação ideológica a fim de promover uma atividade no nível cerebral dos interlocutores, ou seja, de interpelá-lo com o intuito de espalhar determinada ideia ou vender determinado produto. As propagandas podem ser definidas e objetivadas enquanto:

[...] um conjunto de ações específicas e sistemáticas realizadas para dar conhecimento a algo ou alguém. O termo deriva do latim *propagare*, que significa “reproduzir por meio de mergulhia”. Ela é um dos meios de anunciar determinado assunto, com o objetivo de convencer ou influenciar a opinião do seu receptor, embora também possa estar ligada à junção de pessoas em prol de uma causa ou campanha. (ROCHA, 2017, p. 1).

Apesar de haver vários tipos de propagandas, nos ateremos às propagandas de cunho político-ideológico com fins de se “vender” determinada ideia, de modo a se atingir o emocional e comportamento de seu interlocutor.

Sendo assim, enquanto *corpus* de análise, utilizaremos duas propagandas televisivas veiculadas pela rede Globo de comunicação e demais canais televisivos. Uma propaganda datada do ano de 2018 e outra do ano de 2019.

A primeira propaganda traz, de uma maneira mais abrangente, a adesão ao sistema avaliativo. Prezando pela participação do sujeito enquanto um coletivo, mostra o contexto da inclusão social, por meio da linguagem não verbal: atores de diversas etnias como um negro, uma pessoa na cadeira de rodas, um asiático dentre outros. Neste cenário, de ilustração da propaganda, considerado enquanto condições de produção do discurso são tomadas para se mostrar o clima de descontração como se ser avaliado fosse algo tão corriqueiro que não produzisse nenhuma novidade a vida do sujeito acadêmico. É percebido, então, uma analogia de um momento de descontração no pátio, com o processo avaliativo. Nos perguntamos, incluir o estudante com algum tipo de necessidade especial é apenas inserir este em uma roda de conversa, um momento de descontração? Pois, dependendo do tipo de necessidade, há de se esperar uma estrutura universitária adequada, carteiras adequadas, rampas de acesso, intérprete de libras, leitor dentre outras funções específicas.

Na primeira sequência discursiva 1 temos :

SD1

dia 25 tem ENADE, mas por que eu faria essa prova? Porque só assim você poderá colar grau, ué. E seu curso será corretamente avaliado. Isso é bom para você.

Neste momento, o sujeito é individualizado, é convidado a fazer a avaliação, porque todos fazem e pensar da mesma forma que todos, pois, como sabemos, o exame traz os mesmos conteúdos curriculares, como se não houvesse a autonomia universitária na parte diversificada do currículo. Mais uma vez, a obrigatoriedade é demonstrada como requisito para a colação de grau, uma condicionante “porque só assim você poderá colar grau ué”. Apesar de o sujeito se questionar do porquê fazer a prova, a resposta de imediato é uma coerção como se dissesse: “é óbvia a resposta ou faz ou fica sem o diploma”.

A gíria “ué” demarca a espontaneidade da situação, ao mesmo tempo em que emprega a variação mais uma vez inclusa no contexto, nesse caso, a variação étnica regional de uma região diferente, entrando em contraste com pessoas pertencentes a outras regiões. Prezando, assim, pela máxima “respeito às diferenças” e concomitantemente traz à tona a contradição desse discurso sobre a inclusão, esse respeito, pois, se considera um único currículo, uma única resposta correta, um padrão de resposta nas questões dissertativas do ENADE.

Notemos a sequência discursiva a seguir que diz: “Assim, seu curso será corretamente avaliado. Isso é bom pra você”.

Apesar de a posição sujeito acadêmico estar dizendo do próprio processo ao qual é submetido, há outras posições falando em seus dizeres. Pois, ao se tratar de uma propaganda veiculada pelo ministério da educação, esta diz do lugar do Estado, representando, assim, o porta voz desse Estado, e posteriormente praticado pelos universitários mediante o aparelho ideológico do Estado, que é a universidade. Esta ideologia não tem relação com o ideário, “uma ideologia para se viver” como a música do Cazuza. Mas, uma formação ideológica que é praticada pelos sujeitos interpelados por esta e pelos efeitos de evidência assim conformados por estes.

Vejam, pois, que essa formulação produz o efeito imaginário também de valorização do que é nacional, ocorrendo o funcionamento do nacionalismo, do patriotismo no enunciado: “O seu diploma é daqui,” fazendo um jogo de sentidos entre o verbal e o não-verbal, pois aparece a imagem do mapa do Brasil, fazendo funcionar um pré-construído de valorização dos produtos, da formação originária do Brasil e não de outras formações possíveis como o intercâmbio de faculdades dentre outros. Por se referir diretamente ao seu interlocutor, produz um efeito dialógico em relação a estudantes brasileiros que fazem o seu curso em universidades estrangeiras e que precisam, ao retornar ao país, fazer o reconhecimento do seu diploma.

A segunda propaganda enfatiza principalmente a coletividade “todos os estudantes daqui”, inserindo-os no contexto imediato da universidade, e de maneira abrangente todos os universitários do Brasil todo, que serão individuados, interpelados ideologicamente para que pratiquem o ato de responder ao ENADE de maneira satisfatória. O termo daqui, um advérbio de lugar, está funcionando de forma a se compreender um pertencimento, pertencimento este à prova, à universidade e concomitantemente ao país.

O enunciado dessa propaganda “Aliás, bom para todos os estudantes daqui” está em um nível argumentativo de forma a convencer o interlocutor a fazer parte do processo avaliativo. O mecanismo de antecipação é então utilizado para se projetar imaginariamente o outro para se produzir o efeito, então, desejado. Nesse mecanismo, temos, segundo Pêcheux (1993), a seguinte inquietação: quem é você para que me diga isso e quem sou eu para que determinado enunciado produza tal efeito em mim.

Ao formular “e para todos os estudantes do país, que assim sabemos o que é preciso melhorar na educação”, novamente são reforçadas as vantagens da avaliação, apesar de sabermos que é um sistema que possui falhas, rupturas pelo seu próprio discurso de qualidade, que para a AD não é transparente, não há um sentido por trás, mas um sentido funcionado enquanto um efeito (ORLANDI, 1999). O sujeito acadêmico, neste processo, tem acesso somente aos resultados estatísticos. O que

produz uma competitividade entre os cursos e a universidade. O resultado que é então ressaltado para se “melhorar a educação” produz apenas o superficial, pois no que os estudantes terão ou tem dificuldades não será trabalhado posteriormente no contexto universitário.

Ao final, propõe-se a resposta ao questionário: “Responda ao questionário do estudante até o dia 21 de novembro no site ou aplicativo do ENADE”, basicamente, este questionário é sobre as condições de vida econômica dos estudantes e, também, sobre o seu percurso escolar desde o ensino fundamental ao Superior.

E, por último, a cena descrevendo uma localização em tempo real no *Google Earth* que vai redimensionando a imagem até se chegar no Brasil. Mapa do Brasil com o letrero: “O ENADE contribui para a educação superior no Brasil”. E retorna a imagem dos estudantes caminhando pela praça/universidade, “Fique atento às datas”. Na sobreposição de imagens do micro para o macro funciona mostrando o objetivo real da avaliação que é a comparação entre cursos, universidades, países e depois esses resultados por médias e *rankings* retornarão ao estudante por meio de ações que encabeçarão atitudes para melhorar o flagrante fracasso da educação brasileira.

O *slogan* final, “Ministério Da Educação – Brasil, Ordem e Progresso, Governo Federal”, remete então ao projeto político-partidário do Governo, então, atuante no Distrito Federal, a ordem de pensamentos de atitudes e o progresso socioeconômico do país. Tal projeto econômico são oriundos de uma política de Estado.

A segunda propaganda trata, de uma maneira mais individualista, do percurso do sujeito acadêmico até se chegar ao ápice deste processo, que é a cerimônia de colação de grau que possibilita a obtenção do diploma de formação à nível superior. A individualidade do sujeito acadêmico, apesar de ser visado como um coadjuvante do processo, pois aparece apenas a nota da universidade, do Estado e do país, é de suma importância em relação aos atores principais. É permitido, assim, compreender este processo devido às pistas tanto dos enunciados que constituem a propaganda quanto do papel desempenhado pelas pessoas da cena enunciativa. Portanto, por meio da língua, enquanto materialidade discursiva, é por esta língua, através dela que se “fornece pistas ou marcas que podem ou não serem evidentes para a compreensão do discurso e efeitos que este pode ter” (LORENCENA, 2011, p. 72).

Tomamos, então, tais pistas e o conceito de cena enunciativa que pode ser considerado um “espaço particularizado em que assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia” (GUIMARÃES, 2000). E, ainda, onde lugares sociais e lugares do dizer expõem-se no espaço de “sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”, consideramos tais conceitos para fundamentar o processo analítico.

Portanto, o sujeito, ao assumir tal posição no espaço do dizer, se coloca neste processo enquanto agente e não apenas passivo, vindo a ser um sujeito reflexivo. Um sujeito que pratica, recebe os efeitos, as consequências de seus atos ou ações conforme postulado pela gramática normativa da Língua Portuguesa.

SD 2

Foram anos e anos, acordando às seis da manhã, fazendo esse mesmo caminho, convivendo com pessoas incríveis. Teve noites em claro, muitas alegrias e muitas conquistas.

Como por exemplo: Um processo que produz um efeito de continuidade e repetição das ações. O efeito dessas políticas públicas do ENADE imprime ao sujeito que não pode esmorecer mediante as agruras desse esforço de acordar, estudar e outros processos. Valendo-nos do ditado “Deus ajuda quem cedo madruga”, inscrevemos este sujeito no lugar comum do que se prepara, mas ao mesmo tempo espera pelos frutos oriundos de seus esforços, filiando-se a uma memória discursiva dos ditos populares brasileiros. Há, portanto, um jogo discursivo que faz funcionar os sentidos de que o Estado se exime, nesses discursos, e silencia todo processo de formação educacional e social.

O pronome esse reforça, mais uma vez, que o sujeito acadêmico é o principal responsável pelo seu sucesso ou insucesso na trajetória acadêmica, anos e anos fazendo esse mesmo caminho a depender do ano que entrou e que saiu para saber se o curso será avaliado ou não, o caminho surge como sinônimo do percurso, do tempo que esse aluno realizará o curso.

O produto, então, dessa prova é baseado na meritocracia, pois o aluno, ao ficar noites em claro, estudando como no vídeo, obterá um bom desempenho na avaliação semestral. Remetendo a uma memória constitutiva dos sujeitos e dos sentidos que instaura a capacidade e a recompensa do indivíduo por meio de um bom resultado, uma nota na média esperada. A meritocracia retoma, assim, os sentidos do mercado de trabalho, fruto de uma política baseada nos bens e no capital, o que retornaria a este mercado enquanto mão de obra qualificada. Segundo Silva, “[...] formando um outro tipo de leitor e de trabalhador, pela articulação entre unidade-diversidade linguística e igualdade-desigualdade social e política, deslocando as fronteiras linguísticas que se articulam às fronteiras econômicas” (2007, p. 1). Dessa forma, um novo tipo de relação do sujeito com a linguagem e com o meio sociopolítico em que se encontra inserido.

O mérito, neste caso, seria atribuído ao indivíduo, permanecendo enquanto uma recompensa de um bom resultado; resultado este que daria a ele o cume da trajetória acadêmica que é a colação de grau devido a uma posição sujeito acadêmico que se submete à condição avaliativa. O jogo entre o esforço e a recompensa, a alegria e a tristeza, o cansaço permite-nos dizer que é para além da avaliação, este

“caminho”, rota, endereço, produz um efeito que, apesar das intempéries, a faculdade permite conhecer “pessoas incríveis” na figura do professor. O professor é a autoridade máxima da sala de aula desde o período colonial do Brasil. É interessante que esta figura é centralizada enquanto uma relação de poder. Pois, o vídeo e os dizeres não mostram as relações de amizade enquanto pessoas incríveis. Mas, torna o professor enquanto coautor do processo ensino-aprendizagem, responsabilizando-o pelo aprendizado do aluno, neste caso do acadêmico.

O processo de assujeitamento na AD constitui sujeito de direitos e deveres, livre e assujeitado concomitantemente. Vejamos, pois, que este sujeito possui os direitos acadêmicos que sustentam e estabelecem critérios para que a lei seja cumprida. Há de se pensar ilusoriamente que esse pode optar por escolher fazer ou não, se esforçar ou não para responder as questões do ENADE, ao mesmo tempo em que essa liberdade se torna uma ilusão. O sujeito, para conseguir, então, o diploma de conclusão do seu curso, deve fazer o ENADE. Sendo assim, tocamos levemente a questão desse processo mecânico avaliativo que pode ser o “boicotado”, pois como o ministro da educação diz que não há força da lei que o penalize por isso. E realmente, não há. Há apenas no histórico acadêmico se participou ou não.

Notemos o recorte a seguir: “Mas, para chegar até aqui, antes você precisa fazer o ENADE”. A conjunção mas, enquanto uma adversativa, condiciona que, para além da conquista de passar todos os semestres e requisitos — TCC, estágio curricular supervisionado —, há de se fazer a avaliação do ENADE e, também, responder ao questionário do estudante até data dia 24.

No enunciado: “Dia 24, faça a prova com a mesma determinação para garantir o seu diploma,” a mesma determinação reforça que o aluno deve atingir um objetivo, como no Enem ou outro vestibular para adentrar a universidade, o de progredir e atingir o cume do conhecimento para os avaliadores que são “notas acima da média” para então “passar de semestre”, e todo esse esforço deve estar imbricado ao realizar o ENADE. O cidadão, pois, que se esforça para conseguir o acesso ao básico para uma condição de vida digna, deve se esforçar também para realizar um exame nacional avaliativo.

Nos dizeres “Ajude a avaliar com eficiência e qualidade o ensino superior do nosso país”. Percebemos os sentidos e a retomada dos objetivos especificados da portaria de institucionalização, que vem sendo reformulada, a cada ano, da referida avaliação. O processo de reformulação para a AD constitui-se em dois eixos básicos: do interdiscurso (memória constitutiva) e a formulação que acontece pela repetição, com base no dizível, por meios de formulações parafrásticas. Tomemos, por exemplo, a palavra eficiência, conforme o dicionário, pode ser definida como:

“Qualidade de algo ou alguém que produz com o mínimo de erros ou de meios”.⁷ Nesse instrumento linguístico, o dicionário, a palavra eficiência e eficácia são tomadas uma pela outra em relação ao significado, sendo assim confundidas. Palavras que constroem o cotidiano, principalmente, das empresas, no quesito de contratação pelo setor de Recursos Humanos. Há de se depreender o discurso de mercado de trabalho funcionando novamente nas formulações da propaganda. Podemos fazer a analogia da Universidade enquanto uma empresa de grande porte que funciona para a formação de mão de obra. E, não um lugar de pesquisa científica, formação humana, dentre outros.

A qualidade da Educação é um tema que se discute, desde os primórdios da instituição da educação no país, em trabalhos catequéticos. A qualidade é vista como o algo a se alcançar, o objetivo norteador para então se fazer os comparativos numéricos, ranqueamentos que colocam o país no lugar do desenvolvido sócio-político e é economicamente nos grupos de países que discutem os meios políticos de se desenvolver uma “grande nação”, o que interpretamos, enquanto analistas de discurso, como uma formação imaginária.

Tem-se o imaginário que, por meio de rankings, pode-se comprovar se o país tem o poder político econômico e desenvolvimento necessário ao bem-estar da população. Atualmente, ou se tem essa posição ou se segrega dos demais países. O mesmo ocorre com o sujeito acadêmico, ou faz a avaliação ou é segredo de receber um diploma de se formar etc., pois a sociedade é constituída como uma sociedade de lugares, ou se tem um lugar nela ou se está fora. A sociedade segue uma disciplina, uma ordem conforme Foucault (2008, p. 149):

É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados.

E, por último, vimos o *slogan* com os dizeres Pátria amada Brasil, o que nos remete a uma memória discursiva de outros *slogans* presidenciais e projetos partidários tais como: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Considerando tal funcionamento, produz-se um efeito de sentido de espírito nacionalista, de se aderir a uma língua nacional, a língua do Estado, e de submissão ao Estado.

Este movimento, desde a época do Brasil-colônia, coloca a população subalterna aos poderes divinos e, nos dias atuais, submissos à norma, ao poder do Estado. Primeiramente, assujeitado a Deus e, posteriormente, ao poder que representa uma nação, na figura do presidente do país. Uma forma de

⁷ = COMPETÊNCIA ≠ INCOMPETÊNCIA”eficiência”, In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/efici%C3%Aancia>. Acesso em: 3 dez. 2019.

docilização, enquanto “uma violência simbólica” (cf. BOURDIEU, 2002, p. 50) dos corpos, que, segundo Foucault, pode ser definida enquanto:

a docilização dos corpos pela disciplina visa tornar as pessoas “boazinhas”, sem lhes dar um espaço de reflexão acerca de sua posição na sociedade ou no mundo. Contestar, principalmente contra o sistema, não é permitido, pois vive-se uma falsa liberdade, já que se está envolvido em um sistema que busca cada vez mais alunos, e posteriormente, trabalhadores que ajam de forma mecanicista. Seu alvo: o corpo de crianças, jovens e adultos — homens e mulheres, passíveis de serem sujeitos. (2009, p. 20).

As propagandas recortadas e outras, dessa natureza, possibilitam ainda outros gestos de interpretação, principalmente pela articulação entre o verbal e o não verbal, no processo de produção de sentidos, o que pode ser pesquisado em um outro trabalho científico. No que tange ao nosso objetivo, sob gestos de interpretação é possível dizer que o nacionalismo é exaltado, propagado pelo MEC de forma a assujeitar, objetivando se formar para o mercado de trabalho produzindo efeito das políticas voltadas para o sujeito acadêmico.

Considerações finais

Por meio do viés discursivo, nos propusemos, neste artigo, a analisar duas propagandas, as quais são constitutivas das políticas públicas do Ensino Superior no Brasil, sobretudo das políticas avaliativas do ENADE.

Os movimentos de análise delineados pela primeira propaganda nos permitem dizer que há uma busca por uma unidade de sujeitos e de sentidos, efeitos de uma política pública que, repetidamente, retoma o perfil imaginário que constitui uma nova forma-sujeito estabelecida tanto pelos documentos oficiais quanto o “mostrado” pela mídia.

O processo avaliativo torna, assim, os sujeitos submissos à avaliação, tornando-os homogêneos, individuados. Esta busca imaginária homogeniza também os sentidos, na medida em que todos são condicionados a responder conforme um padrão de resposta, sem ter o risco de apresentar ou se representar de maneira diferente.

Temos, então, considerando-se a hierarquia, uma Universidade como espaço do saber, do conhecimento a serviço do Estado retomando este imaginário de sujeito e de língua.

São postas em circulação, assim, as políticas públicas avaliativas pela força da lei e pela obrigatoriedade de execução de tais políticas em função da busca pela “qualidade do ensino” e pelos fatores que não permitem que os dados, as médias sejam consideradas boas para os cursos. Discursos

que produzem efeitos de tentativas avaliativas, que diz que avalia, que prima pela qualidade, utilizando propagandas para fazer parecer que assim o faz.

Já a segunda propaganda, embora seja oficializada em condições de produção diferentes da primeira, retoma o objetivo das políticas públicas avaliativas, mas com reformulações diferenciadas, o que nos permite compreender o sentido de “mudança”, um efeito de uma boa intenção pelo bem-estar comum da educação no país. Este funcionamento é, por hora, reducionista, pois o ensino-aprendizagem conduzido a uma única nota, reduz a capacidade do sujeito acadêmico, apesar de mostrar a inclusão social por meio de atores de diversas etnias e condicionamentos físicos.

Ambas as propagandas produzem um efeito de evidência, de obrigatoriedade, fazendo circular uma determinada ideologia, por meio de uma voz que é a do Estado que promulga, que oprime, por meio de uma violência simbólica.

O sujeito-acadêmico, ao ser avaliado, é disciplinarizado, é “emoldurado”, “encaixotado” em um único saber, em que deve dominar as competências e habilidades para, então, reproduzir o unívoco currículo, de conteúdos, padrões respostas e a educação em si, que é a condição necessária ao efetivo exercício da cidadania.

Referências

BERNHARDT, Cristiane Otilia Colossi. **Implicações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na qualidade dos cursos de graduação de uma instituição privada**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Decreto nº5.773, de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino**. Diário Oficial [da] República do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 maio 2006. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Edital nº, 40 de 19 de junho de 2018. **Torna pública a realização do ENADE 2018**. Diário Oficial [da] República do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun.2018. Seção 3, p. 60.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Diário Oficial [da] República do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abril, 2004. Seção 1

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **O político e os espaços de enunciação**. Conferência no I Encontro Nacional de Linguagem, História e Cultura, Cáceres-MT. Ano: 2000

LORENCENA, Evanildes. **O imaginário social na representação de sujeitos virtuais**. Ano 2011. p. 72. Disponível em: http://seer.pucminas.br/index.php/contraponto/article/view/2239/pdf_5. Acessado em: 09/06/2019.

NUNES, J. H. “Leitura de arquivo: historicidade e compreensão”. *In: Seminário de estudos em Análise do Discurso*, 2, 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf. Acesso em: 20/12/2019.

PÊCHEUX, Michel. (1975.) **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. *In: Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Cultrix: São Paulo, 1975.

SILVA, Mariza Vieira da. **História das Ideias Linguísticas: o Estado, as instituições, as políticas**. 2007. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/165/artigosecomunicacoes/1historia.pdf>. Acesso em 4 jul. 2019.